

Dívida, a ordem é

O ESTADO DE S. PAULO — 47

conomia

ouvir mais que falar

HELIVAL RIOS

Não haverá pagamento simbólico para caracterizar a intenção do Brasil de suspender a moratória, as propostas não convencionais de negociação, apesar das repercussões desfavoráveis, serão novamente apresentadas, juntamente com propostas convencionais, a exigência de fixação de um *spread* zero será mantida, e o País continuará buscando um tratamento político marcado por um maior envolvimento dos governos dos países ricos.

Estes são os pontos principais que vão orientar, do lado brasileiro, a próxima rodada de negociação da dívida externa brasileira que se inicia esta semana, nos Estados Unidos, sob a liderança do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda.

O presidente José Sarney, segundo informações concedidas no Palácio do Planalto, não espera muito dessa rodada de negociação, considerando-a ainda tipicamente exploratória. E exatamente por isto, quer que os 20 integrantes da comitiva brasileira ouçam muito e falem apenas o essencial.

A expectativa do governo brasileiro é de que uma negociação efetiva da dívida externa somente seja concluída dentro de dois a três meses. Até lá, contudo, o Brasil não está disposto a realizar nenhuma forma de pagamento simbólico dos juros da dívida de médio e longo prazos. O nível das reservas externas brasileiras, segundo se informa no Palácio do Planalto, ainda não comporta uma normalização dos pagamentos dos juros para o Exterior. O governo brasileiro entende que se encontra atualmente numa posição muito confortável com relação à área externa, sem pagar juros aos seus credores e recompondo as reservas mediante grandes superávits comerciais, superiores a US\$ 1,4 bilhão por mês.

Segundo se afirma no Palácio do Planalto, o governo não tem pressa



em negociar a dívida e não se abala com o fato de os bancos estrangeiros terem novamente que fazer declarações de *non performing* dos créditos brasileiros, considerando-os prejuízo. Este, segundo se observou no Planalto, é um problema entre os bancos estrangeiros e os seus investidores.

Esta posição, entretanto, não significa que o governo brasileiro não quer negociar sua dívida externa. Ao contrário, o governo entende que já demonstrou por diversas vezes à comunidade financeira internacional o seu interesse em negociar, enviando missões para os países credores e apresentando diversas propostas para uma solução duradoura.

OTIMISMO

As expectativas do Palácio do Planalto são de que o Brasil acabará obtendo apoio para algumas das suas propostas não-convencionais de

negociação da dívida, ainda que de uma forma mais atenuada do que as que foram divulgadas até agora. O deságio a ser absorvido pelo País pode não ser de 30%, como propõe o ministro Bresser Pereira, mas haverá, contudo, a apropriação de algum desconto. Sinais positivos neste sentido, para o governo brasileiro, são as palavras de apoio ouvidas na última semana do ministro das Finanças do Japão e do presidente do Banco Mundial.

O governo espera que após muitas discussões e muito "jogo de cena" de ambos os lados da mesa de negociação, acabe prevalecendo uma proposta mista envolvendo mecanismos ortodoxos e heterodoxos. Assim, parte da dívida pode ser convertida em títulos com deságio, ficando a outra parte sujeita aos mecanismos clássicos de maiores prazos, menores *spreads*, e de refinanciamento de parte dos juros.

A missão brasileira que segue nesta quarta-feira para os Estados Unidos vai com a recomendação expressa de procurar ser mais cuidadosa e mais diplomática nos contatos que manterá com os banqueiros, com autoridades dos governos dos países credores e com dirigentes dos organismos oficiais, como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O ambiente em Washington, a partir do dia 24, é considerado extremamente propício para uma discussão em profundidade sobre a questão da dívida externa não só do Brasil, mas de todo o Terceiro Mundo, pela oportunidade da 42ª reunião anual do FMI, Banco Mundial, comitês interino e de desenvolvimento e do Grupo dos 24. O momento é também considerado oportuno pelo governo brasileiro para que os governos dos países em desenvolvimento procurem construir uma linha comum de entendimento a fim de melhor enfrentar os seus credores. (Brasília/Agência Estado)